2021018721405	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A Comissão mantém sua decisão, com base nos itens 2.2.2, 2.2.4 e 2.2.5 do Edital nº 001/2021-Retificado. Da reanálise, constatou-se que a candidata não comprovou experiência profissional na área de formação/função a que concorre, de forma que não é possível computar como tempo de serviço público, além de que a Declaração ou Certidão deve ser expedida pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos do respectivo órgão/entidade em que atuou, devendo, preferencialmente, indicar as atividades desempenhadas, sendo emitido em papel timbrado, contendo carimbo e assinatura do responsável pela emissão, nos termos do item 2.1.14, alínea "c" e Anexo I do referido Edital. No tocante à Capacitação Profissional, conforme os itens 2.2.2, 2.2.4 e 2.2.5 e Anexo I do referido Edital, são explicitados os critérios de Avaliação Curricular e a pontuação máxima por cumprimento de cada requisito. Sendo assim, em virtude de não ter sido anexado nenhum documento referente à Experiência Profissional por tempo de serviço público, com um documento que comprove o desempenho na área ou função a que concorre e à Qualificação Profissional, a Declaração de atuação como Conciliadora no Juizado Especial Federal - 10ª Vara Federal (136h) não pode ser computada como Certificação de Curso e comprovação de Qualificação Profissional, uma vez que converge com os dispositivos do Edital. Quanto aos demais certificados a Comissão mantém sua decisão, com base no disposto no item 2.2.2 e Anexo I do referido Edital.
20210187358017	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A comissão mantém sua decisão, com base nos itens 2.1.14, alínea "c" e 2.2.4 do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado). Conforme previsto e explicitado no referido Edital, a pontuação do campo "Experiência Profissional", tem como requisito o tempo de serviço público, através de documentação que comprove o desempenho na área ou função a que concorre, como Declaração ou Certidão expedida pelo Departamento de Pessoal/Recursos Humanos do respectivo órgão/entidade em que atuou. O documento deve, preferencialmente, indicar as atividades desempenhadas, sendo emitido em papel timbrado, contendo carimbo e assinatura do responsável pela emissão, em consonância aos critérios de Avaliação Curricular expostos no Anexo I do Edital. Por fim, o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021 será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, bem como a Constituição Federal (art. 37, IX), Constituição Estadual (art. 36), Lei Complementar nº 07, de 25 de setembro de 1991, Decreto Estadual nº 1.230, de 26 de fevereiro de 2015, Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e Decreto nº 1.741, de 19 de abril de 2017, alterado pelo Decreto nº 261, de 12 de agosto de 2019, no que couber, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, conforme consta no item 1.1.
20210187139253	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A comissão mantém sua decisão, com base na alínea "a" do item 4.12 do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado). O referido item esclarece que serão indeferidos os recursos que não estiverem devidamente fundamentados. Destaca-se ainda que, em conformidade com o item 4.10 do referido Edital, o IGEPREV/PA não se responsabilizará quando os recursos não forem recebidos por falhas de comunicação e/ou congestionamento das linhas de comunicação. Desta feita, tal requerimento não encontra amparo no Edital, motivo pelo qual indefere o pedido do candidato.
20210187351419	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A Comissão mantém sua decisão, com base na alínea "a" do item 2.1.16 do Edital nº 001/2021-Retificado. Da reanálise, constatou-se que não foram anexados, no ato de inscrição, o documento comprobatório de Escolaridade, podendo ser Diploma ou Declaração de Conclusão do Curso (frente e verso); Curriculum Vitae atualizado em até 03 (três) páginas; Certidão de nascimento ou casamento; Título eleitoral e Certidão de Quitação Eleitoral ou comprovante da última votação - 1º e 2º turno, caso tenha ocorrido; Certidões Negativas de antecedentes criminais da Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Civil do domicílio do candidato, e ainda da Polícia Federal, dentro do prazo de validade específico, documentos expressamente exigidos nas alíneas "a", "e", "h", "i" e "l", do item 2.1.14 do referido Edital. Tais documentos são obrigatórios para os candidatos de Nível Superior, sob pena de eliminação. Não obstante, os itens 2.1.6 e 2.1.8, combinados com o item 2.1.11 do Edital, determinam que as informações prestadas no ato de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração e, ainda, não serão aceitas pendências de nenhuma natureza após as inscrições. Por fim, nos termos do item 2.1.12, o IGEPREV/PA não se responsabiliza pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica, problemas em computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer outros fatores que impeçam a transferência de dados.
20210187203901	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A Comissão mantém sua decisão, com base no disposto no item 2.2.2, e Anexo I do referido Edital. Da reanálise, constatou-se que houve a devida pontuação do diploma de graduação e dos cursos pertinentes ao cargo. Ademais, em que pese a juntada de vários certificados, não foram objeto ao que dispõe o referido item do edital, havendo a manutenção da decisão desta comissão.
2021018707233	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A Comissão mantém sua decisão, com base na alínea "a" do item 2.1.16 do Edital nº 001/2021-Retificado. Da reanálise, constatou-se que não foi anexado, no ato de inscrição, o documento exigido na alínea "a" (verso do Diploma) do item 2.1.14 do referido Edital. Tal documento é obrigatório para os candidatos de nível superior, sob pena de eliminação. Conforme os itens 2.1.6 e 2.1.8, combinados com o item 2.1.11 do Edital, as informações prestadas no ato de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração e, ainda, não serão aceitas pendências de nenhuma natureza após as inscrições. Por fim, nos termos do item 2.1.12, o IGEPREV/PA não se responsabiliza pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica, problemas em computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer outros fatores que impeçam a transferência de dados.
20210187302952	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A Comissão mantém sua decisão, com base nas alíneas "a" do item 2.1.16 do Edital nº 001/2021-Retificado. Da reanálise, constatou-se que não foi anexado, no ato de inscrição, os documentos exigidos nas alíneas "e", "h", "i", "k" e "l" do item 2.1.14 do referido Edital. Tais documentos são obrigatórios para os candidatos de nível superior, sob pena de eliminação. Conforme os itens 2.1.6 e 2.1.8, combinados com o item 2.1.11 do Edital, as informações prestadas no ato de inscrição são de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e uma vez efetivada a inscrição, não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração e, ainda, não serão aceitas pendências de nenhuma natureza após as inscrições. Por fim, nos termos do item 2.1.12, o IGEPREV/PA não se responsabiliza pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica, problemas em computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer outros fatores que impeçam a transferência de dados.
20210187267788	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	IMPROCEDENTE	A comissão mantém sua decisão, com base no item 2.1.14, alínea "c" e item 2.2.12 do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado). Da reanálise, constatou-se que a candidata comprovou experiência profissional na área de formação/função a que concorre no importe de 07 (sete) anos e 11 (onze) meses, conforme certidão anexada, em que exercia a função de "assessora", prazo divergente ao informado em inscrição 10 (dez) anos. Assim, fora computado apenas o tempo comprovado nos termos do referido edital. Ademais, observou-se que durante a validação de TODOS os certificados, constavam como inválidos no sítio de validação da instituição qualificadora.
20210187267487	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	PROCEDENTE	A Comissão retifica a sua decisão para julgar procedente o recurso interposto. Da reanálise, constatou-se que os certificados dos cursos "Reforma da Previdência Social Emenda 103/2019 e seus Reflexos Infraconstitucionais" (12h), "Processo Legislativo Regimental" (25h), "Processo Legislativo Federal" (45h) e "O Poder Legislativo" (40h) obedecem ao que dispõe o Anexo I do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado).
20210187173755	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	PARCIALMENTE PROCEDENTE	A Comissão retifica a sua decisão para julgar parcialmente procedente o recurso interposto. Da reanálise, constatou-se que os certificados dos cursos "ética e administração pública" (40 horas), "análise econômica do direito e teoria dos jogos" (30 horas), "direito administrativo para gerentes do setor público" (35 horas), "o poder legislativo" (40 horas), "vícios mais comuns nas licitações e nos contratos: como evitar, quando sanar e como resolver de acordo com o TCU" (30 horas), obedecem ao que dispõe o anexo I do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (retificado). Quanto aos demais certificados a comissão mantém sua decisão, com base no disposto no item 2.2.2, e anexo I do referido edital.
2021018719028	Técnico Previdenciário A (Direito) - Belém	PARCIALMENTE PROCEDENTE	A Comissão retifica a sua decisão para julgar procedente o recurso interposto quanto à escolaridade do candidato. Da reanálise, constatou-se que o candidato anexou declaração de conclusão de curso de Mestrado, em atenção ao item 2.1.14, alínea "b" do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado). Além disso, a Comissão julga parcialmente procedente o recurso quanto ao tempo de serviço/experiência profissional. O candidato comprovou experiência profissional na área de formação/função a que concorre de forma parcial, devendo ser computado apenas o tempo comprovado (sendo 0,3 pontos a cada ano de serviço público completo), nos termos do item 2.1.14, alínea "c" do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado II). Desta forma, o candidato comprovou 2 anos, 10 meses e 26 dias de serviço público, devendo computar 0,6 pontos. Outrossim, a Comissão retifica a sua decisão para julgar parcialmente procedente o recurso quanto à reanálise cursos de capacitação. Verificou-se que apenas os certificados dos cursos "Curso a distância de autoinstrução Transferência do Direito de Construir (TDC) - Turma 2/2018" (30h), "Curso a distância de autoinstrução - Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais - Turma 5/2018" (28h), "Curso a distância de autoinstrução - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU progressivo no tempo - Turma 5/2018" (30h), "Curso a distância de autoinstrução Operação Urbana Consorciada (OUC) - Turma 3/2018" (30h), "Curso de Capacitação para Formação de Conciliadores" (40h) obedecem ao que dispõe o Anexo I do Edital nº 001/2021-IGEPREV/PA (Retificado). Quanto aos demais certificados a Comissão mantém sua decisão, com base no disposto no item 2.2.2 do referido Edital.